

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ACTA N.º 3/2010

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Cardoso -----

---- **1.º SECRETÁRIO:** Sr. Vítor Tenreiro-----

---- **2.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Maria do Céu Sousa-----

---- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez e no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia vinte e dois de Junho.-----

---- Sendo vinte e uma horas foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: senhor Carlos Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Chãs de Tavares, senhor Luís Abrantes, Dr.ª Lucília Ferreira e Dr.ª Palmira Frutuoso.-----

---- De acordo com o artigo 46º-A, n.º 2, da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi justificada a falta da senhora Dr.ª Fernanda Monteiro, à sessão desta Assembleia Municipal do dia 30 de Abril.-----

---- Nos termos do artigo 38º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcafache foi substituído pelo senhor Aníbal Loureiro Pais Mendes.-----

---- Estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício e os senhores Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, senhor João Lopes, Dr.ª Isabel Ramos e Dr.ª Patrícia Fernandes.-----

---- Procedeu-se de seguida à votação da acta da sessão anterior, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas à falta na sessão anterior e ao voto contra do senhor Dr. Carlos Lopes.-----

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia.-----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

---- Nos termos do artigo 9º, da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e artigo 16.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foram empossados os membros presentes do Conselho Municipal de Segurança de Mangualde.-----

---- Interveio o senhor *Dr. João Carlos Alves* para dar os parabéns pela constituição do Conselho Municipal de Segurança, considerando que se tratava de uma lacuna no nosso Concelho e daí a importância de que este Conselho Municipal se reveste.-----

---- Tomou a palavra o senhor *Dr. Carlos Lopes* para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre um conjunto de assuntos:-----

---- O encerramento, já no próximo ano lectivo, de algumas Escolas do Concelho, uma vez que foi assinado um Protocolo entre a Associação Nacional de Municípios – ANMP e as Câmaras Municipais, onde consta que nenhuma Escola encerra sem o consentimento da respectiva Câmara Municipal.-----

---- O Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna – MAI, sobre a construção do novo quartel da Guarda Nacional Republicana – GNR, em Mangualde, procurando saber qual a participação/comparticipação da Câmara Municipal nessa obra, bem como quantos mais agentes são esperados em Mangualde.-----

---- A Unidade de Saúde Familiar, perguntando quantos mais médicos serão nela colocados pelo Ministério da Saúde, para além dos que já existem no Centro de Saúde de Mangualde, aquando da instalação desta Unidade.-----

---- Ainda na área da saúde, procurou saber (uma vez que, em sua opinião, persiste a dúvida quanto ao possível encerramento ou não do serviço de atendimento permanente em vários Concelhos do Distrito), se o senhor Presidente da Câmara Municipal já pode divulgar se em Mangualde está previsto ou não o seu encerramento.-----

---- Por último, referindo-se aos procedimentos de contratação pública utilizados pela Câmara Municipal, especificando os ajustes directos, e afirmando saber-se que a Lei permite que estes sejam feitos, consultadas uma ou várias entidades, questionou o porquê de a Câmara Municipal tanto recorrer a este procedimento, uma vez que os senhores Vereadores do PSD constataram, ao consultarem os processos, que a maioria das vezes foi

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

convidada uma única entidade. Considerou que o alargamento do valor para se poderem fazer ajustes directos foi uma medida anti-crise e que, por isso, fazia sentido que as empresas do Concelho fossem também convidadas para assim a Câmara Municipal poder contribuir para essa medida.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal*, Dr. João Azevedo, tomou a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

---- Afirmou que os ajustes directos nunca foram discutidos numa Assembleia Municipal e que quando foi oposição nunca tinha tido acesso a qualquer processo de contratação. Salientou a transparência actualmente existente nas contratações efectuadas pela Câmara Municipal, enfatizando o facto de existir uma plataforma nacional onde estes processos podem ser consultados. -----

---- Referindo-se às questões relativas à educação, informou que foram efectivamente encerradas salas de apoio às Escolas no Concelho e que o processo respeitou as orientações actualmente em vigor. Quanto ao Protocolo entre o Governo e a ANMP, salientou que as medidas agora tomadas decorrem também da Carta Educativa do Concelho.-----

---- Aludindo ao Protocolo com o M.A.I. para o novo quartel de destacamento da GNR enfatizou a vitória da Câmara Municipal junto do Governo, na medida em que esta não irá ter gastos, sendo o seu contributo exclusivo a cedência do terreno para a obra. -----

---- Quanto à Unidade de Saúde Familiar, o senhor Dr. João Azevedo referiu que se está a construir um futuro melhor na saúde em Mangualde, e que nunca fez qualquer alusão ao encerramento do serviço de atendimento permanente em Mangualde.-----

---- O senhor *Eng.º Tiago Henriques* tomou a palavra para parabenizar o executivo camarário por, em tão pouco espaço de tempo, ter conseguido fazer diversas intervenções urbanísticas.-----

---- Lembrou ao Dr. Carlos Lopes que agora pode intervir, porque tem coisas boas e más para falar e que quando ele próprio era oposição, por mais que quisesse não encontrava nada de bom a referir. -----

---- A senhora Vereadora *Dr.ª Patrícia Fernandes* interveio em defesa da honra para referir que os senhores Vereadores do PSD não tiveram acesso à documentação da

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

contratação pública em quarenta e oito horas, mas sim que a solicitaram a sete de Junho e só no dia dezoito lhes foi permitida a sua consulta.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* referiu que as quarenta e oito horas se referem ao tempo que ocorreu desde a recepção do ofício enviado pelos senhores Vereadores do PSD a pedir a marcação, até ao dia em que, de facto, vieram aos Serviços para fazerem a consulta.-----

---- O senhor *Eng.º Joaquim Patrício* usou da palavra para esclarecer os membros da Assembleia que o que estava em causa não era o encerramento das salas de apoio, mas sim o reordenamento da rede escolar do 1º ciclo. Desde a década de 80 que se prevê que as salas de aulas que não reunissem um número mínimo de alunos fossem encerradas. Saliu que a Câmara Municipal teve o cuidado de, juntamente com a Direcção Regional do Centro e tendo em atenção as orientações do Ministério da Educação, negociar com as diversas entidades envolvidas, e sob a proposta do Conselho Municipal de Educação, o encerramento das quatro salas de apoio em causa: Almeidinha, Stº André, Stª. Luzia e Abrunhosa do Mato. Referiu ainda que todas as medidas que se encontram a ser implementadas na área da Educação farão do Concelho de Mangualde um Concelho de referência num futuro muito próximo. -----

---- O senhor *Dr. Anibal Maltez* disse que relativamente à GNR houve uma preocupação concreta referente à Instituição em si, pois sabe-se da escassez de meios humanos que esta Instituição tem e que em determinados períodos do ano essa dificuldade atinge proporções que não deveria atingir. -----

---- No que se refere à questão da transparência, referiu ainda que tinha lido num Jornal, numa entrevista concedida pelo senhor Dr. João Azevedo, que o anterior executivo da Câmara Municipal gastava em telecomunicações cerca de 6.000,00€ (seis mil euros) por mês. Sabendo que foi alterado o contrato de prestação de serviço de telecomunicações, por ajuste directo, solicitou que fossem facultados à bancada do PSD cópia das facturas do último semestre de 2009, bem como cópia do novo contrato de telecomunicações e facturas do primeiro semestre de 2010.-----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- O senhor *Dr. João Azevedo* respondeu ao Dr. Aníbal Maltez que os gastos se mantinham e que estavam a tentar resolver o problema da central telefónica porque era necessário adquirir uma nova. -----

---- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**” -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**Criação da Empresa Municipal de Mangualde e Apreciação dos Estatutos**” – Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal -----

---- Interveio o senhor *Presidente da Câmara Municipal* que disse que esta Empresa não vai onerar o orçamento da Câmara Municipal, pois o objectivo principal da sua criação foi resolver problemas processuais, nomeadamente com as actividades de enriquecimento curriculares – AEC, que há anos são entregues a Empresas privadas do Concelho. Esta Empresa Municipal vai reunir as áreas da cultura, desporto e turismo, permitindo realizar contratações sem intermediários. -----

---- Tomou a palavra o senhor *Dr. Carlos Lopes* para dizer que a criação desta Empresa Municipal, numa altura de crise, é difícil de explicar às populações. -----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* disse ainda que o papel da oposição é o de fiscalizar a actividade da autarquia, não entendendo o que é que actualmente se faz mal e que passará a fazer-se bem com a Empresa Municipal. Outra questão é relativa à organização das Festas e contratação de pessoal por esta Empresa, a qual nos seus estatutos prevê como prioritária a contratação por regime de mobilidade por interesse público, ora não havendo interesse por parte do funcionário em mudar de serviço, a Empresa Municipal é obrigada a contratar fora dos Serviços, o que vai duplicar a despesa e criar uma estrutura que não se justifica. -----

---- O senhor *Dr. Luís Coimbra* tomou a palavra para dizer que considera natural e óbvia a preocupação com a existência ou não de novas contratações, salientando que os funcionários da Câmara Municipal têm assegurado o seu estatuto quer nos termos da Lei quer nos termos dos Estatutos por cedência do interesse público. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- O Dr. Luís Coimbra relembrou ainda aos senhores Membros da Assembleia Municipal e Executivo Camarário, que a Assembleia Municipal vai continuar a desempenhar o papel de fiscalizadora da actividade autárquica, e que a Assembleia que agora autoriza a criação e estatutos da Empresa Municipal é a mesma que poderá extingui-la, caso se venha a revelar a sua inoperacionalidade. -----

---- Pessoalmente, o senhor Dr. Luís Coimbra disse ser contra a criação de Empresas Municipais, porque a sua experiência nesta Câmara Municipal, mais precisamente pela falta de transparência, ausência de dados, entre outros, aquando da apresentação da proposta de parcerias público-privadas com base no mesmo regime jurídico, foi uma experiência traumatizante. Apesar do exposto, confia nos princípios republicanos de ética do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que este Executivo já conseguiu reduzir a dívida, que o consumo de materiais também já diminuiu, que existe obra pública, que se comprou património e que, por isso, não existe falta de transparência. -----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* solicitou um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal quanto a ajustes directos em Mangualde, se nestes foi ou não convidada apenas uma única entidade ou se foram convidadas mais do que uma, e no caso de ser só uma, o porquê da escolha. -----

--- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* respondeu que existe uma plataforma electrónica onde se podem ler as cláusulas das contratações. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, cinco votos contra da bancada do PSD e a abstenção do senhor João Albuquerque também do PSD e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinho. -----

---- **Ponto Terceiro da Ordem do Dia “Sogrape Vinhos, S.A. – Redução da Taxa de IMI”** – Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

---- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

---- Não houve qualquer intervenção. -----

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente acta fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da acta foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. Em seguida, quando eram vinte e três horas do dia trinta de Junho, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

A Presidente,

---

O 1º. Secretário,

---

A 2ª. Secretária,

---